STJ00097554

WENDEL DE BRITO LEMOS TEIXEIRA
Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia
Professor de Pós-Graduação em Direito Processual Civil
Advogado

A PROVA ILÍCITA NO PROCESSO CIVIL

Belo Horizonte
2014

STJ00097554

Copyright © 2014 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Lucila Pangracio Azevedo

Revisão: RESPONSABILIDADE DO AUTOR

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG
Rua dos Goitacazes, 71 – Sala 709-C – Centro
Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:
Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

T266p Teixeira, Wendel de Brito Lemos

A prova ilícita no processo civil. / Wendel de Brito Lemos Teixeira. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

xx + 260p.

ISBN: 978-85-384-0330-2

1. Prova ilícita, Brasil. 2. Prova (processo civil), Brasil. I. Título.

CDU: 347.94

Bibliotecária responsável: Nilcéia Lage de Medeiros
CRB/6-1545

Sys: 987676

STJ00097554

SUMÁRIO

PREFÁCIO xv
INTRODUÇÃO 1

1 AS FASES EVOLUTIVAS DO PROCESSO CIVIL 5
1.1 SINCRETISMO 6
1.2 AUTONOMISMO OU PROCESSUALISMO 7
1.3 INSTRUMENTALISMO DO PROCESSO 10
1.4 NEOPROCESSUALISMO: PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONAL 15

2 A PROVA 45
2.1 A BUSCA DA VERDADE E A PROVA 45
2.1.1 As teorias da verdade (teorias do conhecimento) 48
2.1.1.1 A verdade por correspondência 49
2.1.1.2 A verdade por revelação (manifestação) 50
2.1.1.3 A verdade por coerência 51
2.1.1.4 A verdade por utilidade (pragmática) 51
2.1.1.5 A verdade por consenso 52
2.1.1.6 A verdade lógico-razoável da linguagem 52
2.2 A RELAÇÃO DA PROVA COM A VERDADE LÓGICO-RAZOÁVEL DA LINGUAGEM 63
2.3 CONCEITO 64
2.4 FASES DA PROVA 73
2.5 A PROVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL 76
2.5.1 Origem dos direitos fundamentais 76
2.5.2 Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais 78
2.5.3 Os direitos fundamentais implícitos e os pseudo-direitos fundamentais 79
2.5.4 A importância da prova 82

2.5.5 A prova como direito fundamental implícito e os efeitos jurídicos desse reconhecimento 83
2.5.5.1 Vinculação dos poderes públicos e particulares 86
2.5.5.2 Aplicabilidade imediata 91
2.5.6 Âmbito de proteção do direito fundamental à prova 92
2.5.7 Limitações ao direito fundamental à prova 93
2.5.7.1 Limitações diretamente constitucionais 96
2.5.7.2 Limitações indiretamente constitucionais 96
2.5.7.3 Colisão com direitos fundamentais ou outros valores constitucionais 97
2.5.7.4 Técnica do sopesamento (ou ponderação) nas hipóteses de limitações (direta e indiretamente constitucionais) e colisões de direitos fundamentais 106
2.5.7.5 Limites das limitações ao direito fundamental à prova 115

3 A PROVA ILÍCITA 119
3.1 ESCORÇO HISTÓRICO 119
3.2 DIREITO ESTRANGEIRO 121
3.2.1 Alemanha 121
3.2.2 Espanha 126
3.2.3 Estados Unidos 128
3.2.4 Itália 134
3.2.5 Tendências do direito estrangeiro 136
3.3 TEORIA GERAL DO PROCESSO 137
3.4 CONCEITO 140
3.5 DIFERENCIAÇÃO DA PROVA ATÍPICA 143
3.6 DIFERENCIAÇÃO DO SISTEMA DE PROVA LEGAL 144
3.7 TEORIAS TRADICIONAIS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO CIVIL 146
3.7.1 A admissibilidade absoluta da prova ilícita 147
3.7.2 A inadmissibilidade absoluta da prova ilícita 148

4 A PROVA ILÍCITA NO PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONAL: A ADMISSIBILIDADE RELATIVA DA PROVA ILÍCITA E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS 153

STJ00097554

4.1 CONTROLE DA ADMISSIBILIDADE 161
4.1.1 Postulado da proporcionalidade 162
4.1.2 Motivação da decisão 164
4.2 APLICAÇÃO DA TEORIA EM CASOS CONCRETOS 166
4.3 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA (IN)ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONAL 171
4.3.1 Admissibilidade da prova ilícita no processo 172
4.3.2 Inadmissibilidade da prova ilícita no processo 172
4.3.2.1 Inexistência jurídica da prova ilícita inadmitida no processo 172
4.3.2.2 Desentranhamento da prova ilícita inadmitida no processo 174
4.3.2.3 Teoria da descontaminação do julgado 176
4.3.2.4 Existência jurídica de decisão embasada unicamente ou de forma determinante em prova ilícita inadmitida no processo 177
4.3.2.5 (In)adimissibilidade de prova derivada de prova ilícita inadmitida no processo civil 178
4.3.2.5.1 Teoria dos frutos da árvore envenenada – Teory of Fruits Pousonius Tree 178
4.3.2.5.2 Teoria da exceção da fonte autônoma – Teory of Independence Source 179
4.3.2.5.3Teoria da exceção da descoberta inevitável – Teory of Inevitable Discovery Exception 180
4.3.2.5.4 Teoria da exceção da boa-fé – Teory of Good Faith 181
4.3.2.6 (Im)possibilidade de utilização no processo civil de prova emprestada taxada como ilícita pelo juízo criminal 182
4.3.2.7 Possibilidade de utilização de ação rescisória para declarar a nulidade da decisão judicial baseada em prova ilícita que não podia ser admitida no processo 184

5 ESPÉCIES DE PROVAS ILÍCITAS 187
5.1 INTERCEPTAÇÃO *LATO SENSU* 187
5.1.1 Interceptação *stricto sensu* 187
5.1.2 Interceptação ambiental 192
5.1.3 Escuta 193
5.1.4 Escuta ambiental 193
5.1.5 Gravações 194

5.2 BUSCA E APREENSÃO 198
5.3 COAÇÃO OU TORTURA 200
5.4 QUEBRA DE SIGILO 202
5.5 PROVA ELETRÔNICA ILÍCITA 209
5.6 INVASÃO DE DOMICÍLIO 211
5.7 DENÚNCIA ANÔNIMA 212
5.8 FLAGRANTE PREPARADO E FLAGRANTE ESPERADO 213
CONCLUSÃO 217
BIBLIOGRAFIA 241